

Scotiabank
Brasil S.A.
Corretora de
Títulos e Valores
Mobiliários

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

APRESENTAÇÃO

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários referente ao período de 11 de fevereiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

A autorização de funcionamento da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários foi publicada em 11 de fevereiro de 2021 no Diário Oficial da União, pelo Banco Central do Brasil.

O plano de negócios da Corretora está sendo seguido integralmente, com o acompanhamento direto da Diretoria Executiva, e em linha com as etapas e evolução do projeto. A Corretora iniciou suas atividades em 1 de novembro de 2021 como intermediadora ao fluxo de renda variável dos clientes institucionais estrangeiros.

O Grupo acredita que a Corretora trará uma complementariedade em relação às linhas de negócios do Scotiabank Brasil, viabilizando a oferta de novos produtos e serviços aos clientes e, com o início efetivo das operações, permitirá o aumento da participação do Scotiabank no mercado de renda variável local bem como sua contribuição para o fomento desse mercado em nosso país.

A pandemia não afetou capacidade operacional da Corretora e as ações estão pautadas nas orientações do Ministério da Saúde. As demonstrações financeiras não foram impactadas pelos efeitos decorrentes da covid-19 e uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte aos seus funcionários, mantendo a maioria em trabalho remoto. A Corretora continua com sua política conservadora no que tange a administração de liquidez e parâmetros de riscos adequados às atividades da instituição.

AGRADECIMENTOS

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento nesta nova fase de expansão no mercado brasileiro.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 11 de fevereiro de 2021 (data de autorização de funcionamento) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 11 de fevereiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021
Disponibilidades	4	<u>198</u>
Ativos financeiros		<u>64.557</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.701
Títulos e valores mobiliários	6	59.856
Outros ativos	8	<u>84.368</u>
Negociação e intermediação de valores		84.129
Diversos		239
Créditos tributários	11b	<u>109</u>
Imobilizado em uso		<u>217</u>
Imóveis de uso		8
Outras imobilizações de uso		224
Depreciações acumuladas		(15)
Intangível		<u>753</u>
Ativos intangíveis		807
Amortizações acumuladas		(54)
Total do ativo		<u><u>150.202</u></u>
Passivo		
Outros passivos	9	<u>89.976</u>
Negociação e intermediação de valores		87.794
Diversos		2.182
Patrimônio líquido		<u>60.226</u>
Capital social	10	60.000
Reserva de Lucros	10	230
Outros resultados abrangentes	3d	(4)
Total do passivo		<u><u>150.202</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Demonstração do resultado

Período de 11 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>		
	<u>Nota</u>	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>
Receitas da intermediação financeira		1.624	2.289
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.624	2.289
Despesas da intermediação financeira		(14)	(14)
Operações de captação no mercado		(14)	(14)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.610	2.275
Outras receitas/(despesas) operacionais		(1.459)	(1.561)
Receitas de prestação de serviços	17a	3.417	3.417
Despesa de pessoal		(3.352)	(3.352)
Outras despesas administrativas	17b	(1.119)	(1.190)
Despesas tributárias		(405)	(436)
Resultado operacional		151	714
Resultado antes da tributação e participações nos lucros		151	714
Imposto de renda e contribuição social	11a	(159)	(372)
Imposto de renda		(170)	(302)
Contribuição social		(90)	(176)
Ativo fiscal diferido		101	106
Participações no lucro		(112)	(112)
Lucro líquido/(prejuízo) do período		(120)	230
Lucro líquido/(prejuízo) por lote de mil ações – R\$		(2,00)	3,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Demonstração do resultado abrangente

Período de 11 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>		
	<u>Nota</u>	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>
Lucro líquido/(prejuízo) do período		<u>(120)</u>	<u>230</u>
Varição no valor de mercado de ativos financeiros disponíveis para venda		<u>123</u>	<u>(4)</u>
Títulos e valores mobiliários		224	(7)
Efeito fiscal	11b	<u>(101)</u>	<u>3</u>
Resultado abrangente do período		<u><u>3</u></u>	<u><u>226</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 31 de dezembro de 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Legal	Estatutária	Outros Resultados Abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		-	-	-	-	-	-
Constituição do Capital Social	10	60.000	-	-	-	-	60.000
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(4)	-	(4)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	230	230
Constituição de reserva legal		-	11	-	-	(11)	-
Constituição de reservas estatutárias		-	-	219	-	(219)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		60.000	11	219	(4)	-	60.226
Saldos em 30 de junho de 2021		60.000	18	-	(127)	332	60.223
Ajustes de avaliação patrimonial (Prejuízo) do período		-	-	-	123	-	123
(Reversão) de reserva legal		-	(7)	-	-	7	-
Constituição de reservas estatutárias		-	-	219	-	(219)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		60.000	11	219	(4)	-	60.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Demonstração do fluxo de caixa

Período de 11 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	2021	
Nota	2º Semestre	Exercício
Atividades operacionais		
(Prejuízo)/lucro líquido do período	<u>(120)</u>	<u>230</u>
Ajustes ao (prejuízo)/lucro líquido	<u>(32)</u>	<u>(37)</u>
Impostos diferidos	(101)	(106)
Depreciação/amortização	69	69
Variação de ativos e obrigações	<u>6.033</u>	<u>(54.255)</u>
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários	684	(59.863)
(Aumento) em outros ativos	8 (84.276)	(84.368)
Aumento em outros passivos	9 89.625	89.976
Caixa líquido proveniente/(aplicado) nas atividades operacionais	<u>5.881</u>	<u>(54.062)</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(232)	(232)
Aplicações no ativo intangível	<u>(807)</u>	<u>(807)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	<u>(1.039)</u>	<u>(1.039)</u>
Atividades de financiamento		
Integralização de capital social	10 -	60.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>60.000</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u><u>4.842</u></u>	<u><u>4.899</u></u>
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	57	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>4.899</u>	<u>4.899</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u><u>4.842</u></u>	<u><u>4.899</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Corretora”) localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 7º andar, São Paulo - Brasil, tem como objetivo principal complementar as atividades do Scotiabank no Brasil, através da intermediação das operações de ações realizadas no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, para clientes institucionais estrangeiros que investem no país, oferecendo a eles uma estrutura integral e “end to end” (“de ponta a ponta”) em linha com as legislações vigentes.

A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil (“Grupo Scotiabank Brasil”).

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários mantém estrutura de governança corporativa integrada ao Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo e é controlada pelo The Bank of Nova Scotia (“BNS”).

A Corretora foi constituída em 6 de novembro de 2020. A autorização de funcionamento foi publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2021 e recebeu a última concessão da CVM em 26 de julho de 2021. As atividades operacionais foram iniciadas em 1 de novembro de 2021.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), quando aplicáveis.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 10 de março de 2022.

Os valores realizáveis e exigíveis até um ano e após um ano são segregados, respectivamente, em circulante e não circulante, na forma da regulamentação vigente. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo aplicável a elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

b. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas – posição bancada, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado.

d. Títulos e valores mobiliários

São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria de: “Títulos disponíveis para venda”, que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Para apuração do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários, os títulos públicos federais têm os seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA.

e. Permanente

- **Imobilizado de uso:** Corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens.
- **Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

f. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.566 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (*impairment*), os ativos tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 não foram identificadas perdas por *impairment*.

g. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei 7.689/1988.

Nos termos da Lei 14.183/2021, a alíquota de CSLL foi majorada em 5%, passando de 15% para 20% no período compreendido entre 01/07/2021 e 31/12/2021.

Em 31 de dezembro de 2021, a Corretora possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias.

Os Créditos Tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o Imposto de Renda e 15% para a Contribuição Social.

Com base na Resolução CMN nº 4.842 e alterações posteriores, as projeções de curto e médio prazo preparadas pela Corretora, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos.

h. PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

i. Benefícios a empregado pós-emprego

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais a Corretora se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que revoga a Resolução CMN nº 4.424, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual a Corretora como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

j. Outros ativos

Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias, ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço.

k. Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) incorridos.

l. Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

- (i) Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- (ii) Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2021 o resultado da Corretora é integralmente recorrente R\$ 230.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021
Disponibilidades em moeda nacional	198
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada – Ligadas (Nota 14)	<u>4.701</u>
Total	<u>4.899</u>

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2021
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada – Ligadas (Nota 14)	<u>4.701</u>
Total	<u>4.701</u>

6 Títulos e valores mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

Títulos disponíveis para venda

	2021			
	Sem vencimento	De 3 a 6 meses	Valor de mercado/ Contábil	Custo atualizado
Carteira própria				
LTN	-	<u>54.215</u>	<u>54.215</u>	<u>54.222</u>
Subtotal	<u>-</u>	<u>54.215</u>	<u>54.215</u>	<u>54.222</u>
Vinculados a prestação de garantias(i)				
Cotas de fundo de investimento	<u>5.641</u>	-	<u>5.641</u>	<u>5.641</u>
Subtotal	<u>5.641</u>	-	<u>5.641</u>	<u>5.641</u>
Total	<u>5.641</u>	<u>54.215</u>	<u>59.856</u>	<u>59.863</u>

- (i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações de compra e venda de ações.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

7 Gerenciamento de riscos

Administração de risco operacional

A Corretora está inserida no ambiente de controles internos do Grupo Scotiabank Brasil, que possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Grupo.

A estrutura de risco operacional também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Grupo Scotiabank Brasil.

Administração de riscos de mercado e liquidez

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de risco são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade.

A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Grupo o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Grupo apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.193.

Administração de risco de crédito

Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 2.682, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Grupo, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam.

A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Grupo Scotiabank Brasil e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Grupo, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*, sendo que estes, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682, são revistos semestralmente para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante exceda 5% do patrimônio líquido ajustado do Grupo.

De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição.

Gerenciamento de capital

O Grupo Scotiabank Brasil está empenhado em manter uma sólida base de capital a fim de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Grupo, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557.

Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Grupo visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital e existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios sobre o capital.

A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Grupo. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço:
<http://www.br.scotiabank.com>.

Hierarquia de valor justo

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.748.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.
- **Nível 2** - Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3** - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Risco de mercado

Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Grupo, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.557 e da Circular BACEN nº 3.354, as operações são divididas entre as Carteiras de Negociação e Bancária.

A Carteira de Negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado.

Na Carteira Bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Grupo, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários que estejam contabilmente classificados como mantidos até o vencimento (*Held to Maturity*) e os instrumentos da carteira de Tesouraria.

8 Outros ativos

	2021
Ativo circulante	
Negociação e intermediação de valores (i)	84.129
Impostos e contribuições a compensar	239
	<hr/>
Total	<u>84.368</u>

(i) Representado por devedores - Conta liquidações pendentes, dentro do prazo regulamentar.

9 Outros passivos

	2021
Passivo circulante	
Negociação e intermediação de valores (i)	87.794
Fiscais e previdenciárias	1.123
Outras despesas administrativas	947
Socias e estatutárias	112
	<hr/>
Total	<u>89.976</u>

(i) Compostos por Caixas de registro de liquidação R\$ 63.196 e Credores – conta de liquidação pendente R\$ 24.598, dentro do prazo regulamentar.

10 Patrimônio líquido

O capital social, totalmente integralizado, no valor de R\$ 60.000 está representado por 60.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

a. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente.

b. Dividendos e juros sobre o capital próprio

No exercício, a Administração decidiu não deliberar distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, conforme legislação vigente.

11 Imposto de renda e contribuição social

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após as participações nos lucros	602	602
Adições/(exclusões) temporárias	265	265
Outras despesas administrativas	265	265
Adições/(exclusões) permanentes	444	158
Base tributável	1.311	1.025
Alíquotas	25%	15%
Total IRPJ e CSLL – Valores correntes antes dos incentivos fiscais	(304)	(176)
Incentivos fiscais	2	-
Total IRPJ e CSLL – Valores correntes	(302)	(176)
Créditos tributários	66	40
Total	(236)	(136)

b. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

	Saldos no início do período	Constituição	Realização/ Reversão	Saldos em 31/12/2021
Créditos tributários				
Refletido no resultado	-	106	-	106
Provisões Indedutíveis	-	106	-	106
Refletido no Patrimônio Líquido	-	3	-	3
Ajuste a valor de mercado TVM	-	3	-	3
Total	-	109	-	109

c. Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Prazo de realização	Diferenças Temporárias	Total
1º ano	109	109
Total	109	109
Valor Presente (i)	98	98

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

12 Limites de basileia e limites operacionais

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil (“Conglomerado”), formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação vigente, é de 12,14%, sendo superior ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

13 Passivos contingentes

A Corretora não é parte de processos ou discussões judiciais em 31 de dezembro de 2021.

14 Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	2021	
	Ativo / (Passivo)	Receitas / (Despesas)
Disponibilidades	97	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	97	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	4.701	9
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	4.701	9
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas / receitas/(despesas) de prestação de serviços	-	(75)
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	-	(75)

a. Remuneração da Administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizam R\$ 510, sendo formadas por salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

15 Pagamento baseado em ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento da Corretora com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho da Corretora. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através do plano RSU.

a. Plano de Unidades de Ações Restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2021, não havia saldo registrado.

16 Benefícios a empregado pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, a Corretora oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário.

Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros.

A Corretora não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

17 Outras informações

a. Receitas de prestação de serviços

São compostas pelas rendas de corretagens e operações em bolsa, no montante de R\$ 3.417.

b. Outras despesas administrativas

Referem-se substancialmente a despesas com processamento de dados R\$ 328, serviços do sistema financeiro R\$ 412 e serviços técnicos especializados R\$ 293.

Diretoria

Antonio Pianucci
Jaques Mester
Paulo André Campos Bernardo
Rodrigo Almeida Sergio

Contador

Roberto Shoji Haga
CRC 1SP242224/O-6